

A IMPORTÂNCIA DO JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Luana Olímpio Maia, UFRN, luanaolimpio7@gmail.com

Mariana Noely Chacon Vianna, UFRN, marianachacon2212@hotmail.com

Hermínia Boracini Bichinim Costa Silva, UFRN, herminia.direito@gmail.com

Luiz Eduardo Pereira Lima, UFRN, luiz.eduardo.p2000@gmail.com

Lucas Wallysson da Silva, UFRN, lucaswallysson10@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o judiciário tem se mostrado atento a constante luta pela igualdade de gênero. Nesse cenário, no ano de 2021, foi lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o “Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero”, que, apesar de não ser uma lei, possui caráter vinculante para os órgãos que compõem o judiciário e deve ser seguido, inclusive, no contexto do Direito Previdenciário.

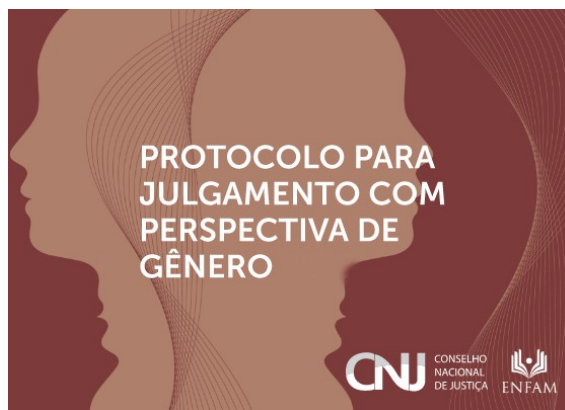
OBJETIVOS

Como objetivo geral, busca-se destacar a importância do julgamento com perspectiva de gênero, especialmente no direito previdenciário, como forma de proteção dos direitos das mulheres. Já como objetivos específicos, tem-se compreender o que se entende por perspectiva de gênero, bem como analisar decisões no âmbito previdenciário sobre a temática.

RESULTADOS

A igualdade de gênero é o Objetivo n.º 5 dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), elencados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Destarte, no âmbito do judiciário pátrio, o importante documento mencionado, elaborado pelo CNJ, tem fundamentado decisões protetivas às mulheres no direito previdenciário. Nesse sentido, dos três julgados analisados, ambos no âmbito da Justiça Federal, um deles garantiu auxílio-doença para dona de casa por trabalho doméstico. Outro, negou a reintegração no serviço público de professor acusado de assédio sexual e estupro, já o último absolveu uma mulher por estelionato previdenciário, mediante coação física e moral irresistível.

Desse modo, em todas as decisões analisadas, algum direito feminino foi protegido ou garantido, sob o fundamento da aplicabilidade do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero.



METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos expostos, o presente estudo, de natureza qualitativa, utilizou de revisão bibliográfica, fundamentada na perspectiva de gênero, além da análise documental do Protocolo do CNJ e de decisões judiciais, como instrumentos metodológicos.

CONCLUSÃO

Por fim, verifica-se a relevância do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero como ferramenta de proteção e garantia dos direitos das mulheres, especialmente na esfera previdenciária. Cabe, assim, que esse documento seja cada vez mais observado no judiciário como um todo.



REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. . **Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero**. Brasília: ., 2021. 132 p. Disponível em: [http:// www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br) e www.enfam.jus.br Acesso em: 17 ago. 2023.